

Apresentação*

O aprofundamento da barbárie capitalista, gestada historicamente através de ações deliberadas e conscientes da burguesia dominante e seus asseclas – dentre eles governos e intelectuais -, no Brasil e no mundo, está expressa na crise estrutural do capital que entrega à humanidade, guerras permanentes, fome, desemprego estrutural, mortes evitáveis e, dentre tantos outros crimes, a destruição destrutiva da natureza, resultando em uma crise ambiental cada vez mais irreversível e a eliminação evitável de vidas humanas revelada na pandemia da Covid-19 que, até outubro de 2021, havia ceifado quase cinco milhões de vidas no planeta.

O Brasil, capitaneado por um desgoverno miliciano-empresarial-militar que distrai, ilude e confunde brasileiros e brasileiras com indicações que facilitam o contágio viral em nome do “mercado”, mas antes de tudo, manipula e distrai os brasileiros dos complexos problemas enfrentados pela humanidade, se destaca entre os campeões em mortalidade proporcional. Assim sendo, temos mais de 600 000 mil brasileiros e brasileiras mortos pela Covid-19, entre as 4.841.471 vidas perdidas no planeta, até às 11h do dia 10.10.2021.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31.12.2019, foi alertada sobre os casos de pneumonia na República Popular da China, constatando no início de 2020, a proliferação do vírus pela Europa, o que, até o momento tem resultado em uma controvérsia sobre a origem da pandemia e como uma nova cepa de coronavírus, que não havia sido identificada antes em seres humanos, pôde infectar milhões de pessoas em poucos meses, resultando na pandemia da Covid19 que vem devastando a humanidade.

Em pleno curso da pandemia, nos encontramos, em outubro de 2021, após quase dois anos de seu início, com 6.453.773.158 doses de vacina administradas. Em meio à terceira dose já em aplicação em alguns países como o Brasil; a vários países com sua população com mais de 70% de pessoas vacinadas; a contingentes imensos na Europa e nos EUA recusando a ciência através da recusa da vacinação; a países inteiros, principalmente na África, sem nenhum ser humano vacinado; tudo isso revela ao mundo o mais perverso fruto do capitalismo que é a desigualdade socioeconômica e que a humanidade está muito longe daquilo que substantiva uma sociedade de homens e mulheres emancipados: “de cada um, segundo sua capacidade; a cada um segundo suas necessidades”, como pode ser apreendido em Marx, Engels e nos marxistas.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-38-3-0-f.17-24

Afundados em crimes anunciados como guerras híbridas; guerras preventivas; pandemias, mortes evitáveis, desastres ambientais (Mariana/Brumadinho), dentre outros, os trilhionários internacionais e nacionais financiam diretamente ou observam a rearticulação da direita no mundo, tendo o Brasil como seu epicentro, revelando que a burguesia/capital não se vexa, não se confunde, nem se divide, na utilização de formas ideológicas as mais reacionárias dominando as decisões econômico-políticas, objetivando perpetuar seu instável e abominável poder econômico-político. Assim, fundado na exploração da força de trabalho, na concentração obscena de renda e propriedade, no racismo, na xenofobia, na misoginia etc. e recorrendo a práticas fascistas, nazistas, a depender do momento histórico, burguesia/capital confrontam a humanidade diante dos rumos da civilização, o que se significa escolher entre socialismo ou destruição da humanidade.

Nesta produção, nós, docentes, discentes e egressos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, expressamos nosso compromisso teórico-prático com a emancipação humana; compromisso expresso no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro; compromisso consubstanciado, principalmente, nos 11 princípios fundamentais do Código de Ética da(o) assistente social, de 1993, que, enquanto nos permite a democracia burguesa, renovamos aqui, salientando que, esses princípios, só revelam nosso compromisso com a emancipação humana, quando apreendidos como uma unidade, de forma indissociável. Desse modo, cada princípio só pode ser apreendido na sua direção emancipatória e anticapitalista, quando não prescinde de nenhum outro manifestado no Código.

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Mantendo a tradição de democratização das reflexões produzidas pelos docentes e discentes da Faculdade de Serviço Social da UERJ, o Programa de Pós-Graduação desta faculdade, protagonista desta produção, avaliado com nota 6, assim como todos os demais programas de pós-graduação no Brasil, na segunda metade do ano de 2021, se encontra sitiado entre duas questões cruciais para a continuidade dos Programas de Pós-graduação no país e, consequentemente, da continuidade da ciência brasileira.

Primeiramente, temos, ultrajando o interesse público, a contestação do sistema de avaliação quadrienal da pós-graduação, conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Um sistema que vem garantido, a todas as áreas do conhecimento, pesquisa de qualidade em todo território nacional e parâmetros comuns de avaliação dos programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras fundadas na indissociabilidade ensino-pesquisa extensão, que são as universidades públicas. O sistema de avaliação da CAPES, construído coletivamente e aperfeiçoado nos últimos 50 anos, vem contando com a aprovação, sempre crítica tendo em vista seu aperfeiçoamento, da comunidade acadêmica nacional, na medida em que vem contribuindo com a elevação quantitativa e qualitativa da produção científica brasileira. Fundadas em um sistema de pós-graduação vigoroso e respeitável internacionalmente, o sistema de avaliação vem alavancando as universidades nas avaliações internacionais. Junto à USP, Unicamp, UFRJ, Unesp, UFRGS, UFMG, Unifesp, Fiocruz e UFSC, a UERJ vem se destacando entre as 10

melhores instituições de ensino superior do país, da qual nosso/a Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação é parte e expressão.

Em segundo lugar e estruturalmente relevante, temos o corte de 87% das verbas para a Ciência e Tecnologia realizado pelo desgoverno Bolsonaro. Essa decisão partiu do Ministério da Economia, capitaneado por um ministro envolvido no escândalo da manutenção de investimentos em um paraíso fiscal, no valor de 9,5 milhões de dólares. O ministro, com a alta do dólar – que permanece consistentemente acima de R\$ 5,00 -, vê sua propriedade quase duplicar de valor em reais. Assim sendo, o ministro que, com a alta do dólar, acumula, individualmente, ganhos que em valores estimados passam de R\$ 37 milhões para R\$ 54 milhões, em nome do governo que representa, decide reduzir, de R\$ 690 milhões para apenas R\$ 89 milhões, o financiamento da ciência e tecnologia no país, ciência e tecnologia que busca favorecer os mais de 220 milhões de brasileiros.

Mesmo neste contexto regressivo e adverso, teimamos em recuperar o valor da crítica da economia política na apreensão do movimento da realidade social, democratizando nossas investigações, com todos os nossos limites para garantir uma caminhada nessa direção. Assim, entregamos à crítica dos leitores os achados das investigações que realizamos no contexto de uma universidade ainda pública e de qualidade, financiada pelo povo do Estado do Rio de Janeiro.

A coletânea ora apresentada é composta por dez textos, produtos do trabalho de diversos pesquisadores, e estão organizados em torno de um eixo comum: os desafios postos ao trabalho de assistentes sociais nestes tempos ultraneoliberais. O primeiro, de autoria de Valéria Forti, Jonatas Valle e Juliana Mauricio, intitula-se *Projeto ético-político do Serviço Social: breves contribuições às polêmicas “interminadas” e/ou intermináveis*. Nele, os autores voltam-se ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, considerando sua relevância ao trabalho do/a assistente social, especialmente neste período de recrudescimento da crise capitalista, marcado por ondas (ultra)neoliberais e expressões conservadoras correspondentes, favoráveis ao adensamento do conservadorismo na profissão. O texto debate aspectos em favor do fortalecimento do referido projeto e tenciona obstar que alternativas divergentes alcem hegemonia na profissão.

No texto *O trabalho de assistentes sociais no contexto de regressão de direitos e precarização do trabalho nas políticas públicas*, Carlos Felipe Nunes Moreira, Gênesis Pereira de Oliveira e Ney Luiz Teixeira de Almeida elaboram uma análise a partir do reconhecimento da ampliação das funções do Estado na fase monopólica no sentido de assegurar as condições de reprodução ampliada do capital. Segundo os autores, a crise estrutural do capital determinada pela necessidade da acumulação incessante esbarra na lei tendencial da queda da taxa de lucro, o que determina o acionamento de estratégias por parte do Estado que têm impactado fortemente na gestão do trabalho no campo das políticas

públicas. Esse processo é abordado a partir da racionalidade gerencialista, das disputas pelo fundo público (em especial no que se refere ao orçamento destinado ao pessoal do Estado) e das chamadas expropriações secundárias no contexto contemporâneo de avanço do ultraneoliberalismo. São, ainda, apresentadas as principais incidências dessas determinações nos processos e relações de trabalho de assistentes sociais no campo das políticas públicas com ênfase nos campos da educação e da previdência social.

Em *O lugar das tecnologias da informação e comunicação no Serviço Social*, Renato Veloso apresenta algumas considerações sobre as possibilidades de articulação entre o Serviço Social e as tecnologias da informação e comunicação (TIC). Segundo o autor, trata-se de uma articulação já existente no Serviço Social há um bom tempo, mas que, nos últimos anos tem sido marcada por um forte processo de intensificação de seu uso, derivado das novas condições impostas pela Pandemia de COVID-19, as quais acarretaram uma generalização do uso das TIC no trabalho. O autor sustenta que as TIC têm o seu valor, e que isso fica mais evidente a cada dia, à medida que são experimentadas, tornando possível identificar seus limites, suas possibilidades, seu potencial e suas insuficiências técnicas e éticas. E conclui que tais ferramentas, com um uso crítico, reflexivo e qualificado, podem ter uma importante contribuição para o trabalho, sem significar, no entanto, que elas sejam a única solução para os desafios enfrentados na atualidade.

Neusa de Resende Pinto e Ana Maria de Vasconcelos, em *Notas sobre Regulação na Saúde e Serviço Social* partem do pressuposto de que a regulação na saúde, dificultada por uma burocrática e interessada (des)organização e operação do que é público, se põe como avessa aos princípios e realização do SUS constitucional. Ao resultar – no caso do SISREG - em obstáculo/impedimento ao acesso aos serviços e ações de saúde historicamente não equânime, no país e no Rio de Janeiro, impõe, aos assistentes sociais, aumento das requisições institucionais e demandas dos usuários, o que, segundo as autoras, exige da categoria, na perspectiva do projeto profissional, tanto debater quanto elaborar estratégias para o enfrentamento de mais uma das expressões da questão social.

Para Juliana Fiuza Cislaghi, em *Financeirização, Ultraneoliberalismo e Política Social: impactos para o trabalho dos assistentes sociais*, a financeirização do capital, já descrita por Marx, passa na década de 1970, a comandar o modo de produção capitalista em seu segundo momento de hegemonia, associado a uma crise estrutural do capital. Como sinaliza a autora, esses 40 anos do chamado neoliberalismo aprofundaram a financeirização, com efeitos na totalidade da vida social, inclusive nas políticas sociais, o que traz novos desafios para o trabalho dos/as assistentes sociais, especialmente em meio ao ultraneoliberalismo, que no Brasil tem contornos ainda mais brutais com o ascenso do neofascismo após o golpe de 2016.

Já em *Serviço Social na Política de Assistência Social em tempos de Covid-19: limites e possibilidades*, Juliana Ferreira Baltar e Natalia C. Faro Rodrigues abordam o exercício profissional no contexto da pandemia do coronavírus nos equipamentos da Política de Assistência Social brasileira, identificando limites e possibilidades da atuação profissional, a partir da utilização dos meios tecnológicos de informação e de comunicação disponíveis, bem como, no que diz respeito aos instrumentos e técnicas de trabalho adotados para a continuidade dos acompanhamentos sociais relacionados aos benefícios eventuais.

O texto *Violências e resistências de mulheres do Serviço Social na ditadura (1964-1985): percursos metodológicos de pesquisa*, de Maria Elaene Rodrigues Alves e Ana Inês Simões Cardoso de Melo, apresenta contribuições sobre percursos metodológicos de pesquisa em Serviço Social, tendo por referência investigação realizada sobre as resistências e violências experimentadas por mulheres do Serviço Social – estudantes, docentes e assistentes sociais – no período da ditadura civil-militar de 1964-1985 no Brasil. Ao abordar este objeto de pesquisa, as autoras apresentam sua fundamentação no método da teoria social marxiana em suas sucessivas aproximações ao real, bem como os procedimentos metodológicos de pesquisa utilizados para o desvelamento de fenômenos sociais e da ação de sujeitos sociais e políticos frente às relações e processos próprios a este projeto investigativo a fim de suscitar reflexões sobre a pesquisa social qualitativa.

Carla Cristina Lima de Almeida e Vanessa Cristina dos Santos Saraiva analisam, no texto *Serviço Social, Raça e Gênero: perspectivas para a formação profissional*, o racismo e o sexismo como elementos estruturantes da ordem social capitalista burguesa no Brasil e seus atravessamentos nas demandas e necessidades sociais da classe trabalhadora e, portanto, no trabalho de assistentes sociais. Para as autoras, o racismo institucional, a discriminação e o preconceito são resultados de uma realidade social forjada no racismo estrutural e recolocam historicamente a população negra brasileira em situação de desvantagem social, subalternidade econômica e social e *apartheid* social e territorial. Nessa direção, destacam a necessidade de uma formação profissional em Serviço Social que privilegie o debate racial e a perspectiva de gênero como estratégias importantes para o enfrentamento das desigualdades sociais e das necessidades singulares que a população brasileira apresenta, tal como preconiza nosso projeto profissional. Trata-se, conforme a analisam as autoras, de fundamentos essenciais para o fazer profissional de assistentes sociais face à luta anticlassista, antirracista e antissexista.

Marco José de Oliveira Duarte, Evelyn Melo da Silva e Leonardo Patrício de Barros, em *“Combinaram de nos matar, combinamos de não morrer”:* *necropolítica e lutas antirracistas*, tratam das lutas antirracistas protagonizadas pela

população negra em territórios periféricos e de favelas em tempos de necropolítica em contexto ultraneoliberal do Brasil contemporâneo. Os autores tomam a questão do racismo pelo Estado brasileiro, social e historicamente, enfatizando sua construção estruturante e estrutural das relações sociais capitalistas. Além disso, sua análise problematiza os efeitos das regressões e desmontes atuais das políticas sociais para a população negra, ressaltando a radicalidade das desigualdades socio-raciais em curso nesses tempos.

Fechando o volume, o texto *As relações familiares como pauta de intervenção na saúde: considerações para os tempos ultraneoliberais*, de Eliane Martins de Souza Guimarães, problematiza a abordagem familiar nos serviços de saúde, em especial, na Saúde da Família. Para isso, a autora recupera o debate sobre as transformações sócio-históricas e a centralidade da família nas políticas sociais no contexto neoliberal e apresenta achados de pesquisa que apontam a tendência de intervenções pautadas nas relações familiares e o uso de instrumentos que retomam perspectivas conservadoras, com apontamentos para o Serviço Social frente aos tempos ultraneoliberais.

Como se verifica, a presente obra faz um convite à reflexão sobre os desafios dos tempos atuais, deixando evidentes a importância da perspectiva crítica na apropriação dos fenômenos e processos sociais e a necessidade de fortalecer cotidianamente o projeto ético-político do Serviço Social.

O atual momento revela as contradições do modo de produção capitalista, demonstrando que sua lógica não estimula a preocupação com o coletivo, com a solidariedade entre os sujeitos ou com a busca de alternativas emancipatórias. O capital busca a satisfação de seus interesses privados, os quais se baseiam na (super)exploração, na concentração de capital e na mercadorização cada vez mais acentuada das relações sociais. O projeto capitalista encontrou neste contexto pandêmico condições propícias e favoráveis à sua ampliação, fazendo prevalecer sua lógica destrutiva, na qual a busca pelo lucro continua sendo o seu objetivo principal.

Mas a História não chegou a seu fim. Ao contrário, está longe disso. Os mesmos processos sociais que promovem a hegemonia burguesa podem conduzir, também, à construção de alternativas ético-políticas contrárias à lógica dominante. Esta construção se dará, nos marcos profissionais, com o envolvimento da categoria de forma criativa, crítica, competente e comprometida com as demandas dos trabalhadores, e exigirá um amplo esforço teórico, ético e técnico. O conjunto de textos presentes nesta obra constitui um importante instrumento nesta tarefa.

Rio de Janeiro, outubro de 2021.

Ana Maria de Vasconcelos - Ney Luiz Teixeira de Almeida - Renato Veloso